

## POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR

Elenice Parise Foltran <sup>1</sup>  
Dierone César Foltran Junior <sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a educação especial e inclusiva no ensino superior no Brasil. A promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em 2015, assegurou a educação como direito da pessoa com deficiência, implementando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Em 2016, foi sancionada a Lei nº 13.409, que estabeleceu cotas para pessoas com deficiência no ensino superior. Essas legislações demandam que as instituições de ensino superior avaliem e redesenhem suas estruturas e organizações. Necessitam revisar seus projetos político-pedagógicos, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino para adequar-se à política de educação inclusiva. Neste contexto, a presente investigação adotou uma abordagem qualitativa para responder à seguinte questão: Quais ações e políticas institucionais estão sendo desenvolvidas para garantir a permanência e o sucesso dos alunos com deficiência no ensino superior? Para responder a esta pergunta, conduziu-se uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de analisar o conhecimento produzido sobre as políticas de acesso e permanência dos estudantes, público-alvo da educação especial, nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. A análise se concentrou, em especial, nos resultados de pesquisas sobre ações afirmativas implementadas pelas IES em relação aos estudantes com deficiência, abrangendo as produções científicas nacionais de 2015 até 2023. A pesquisa bibliográfica foi realizada utilizando os procedimentos de revisão definidos pela Análise de Conteúdo. O corpus de informação consistiu na produção de artigos científicos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes. A análise visou identificar a reincidência do tema nas pesquisas levantadas. Apesar da expansão de estudos e publicações sobre a temática, esse campo necessita de análises e aprofundamentos adicionais, uma vez que a maior parte das produções são relatos de casos específicos desenvolvidos por determinadas IES, sugerindo a necessidade de um mapeamento mais amplo que contribua para a área da Educação Especial e Inclusiva.

**Palavras-chave:** Educação especial inclusiva, Ensino superior, Política educacional, Formação docente.

### INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior é um tema de crescente relevância e complexidade no cenário educacional brasileiro. Historicamente, a educação inclusiva passou por significativas transformações, especialmente desde a década de 1990, com marcos como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a Política Nacional de Educação

---

<sup>1</sup>Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em rede - PROFEI da Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR, [elenice@uepg.br](mailto:elenice@uepg.br);

<sup>2</sup> Doutorando em Ensino de Ciência e Tecnologia. Professor do Departamento de Informática da Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR, [dierone@uepg.br](mailto:dierone@uepg.br);

Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015). Estes instrumentos legais e normativos enfatizam a necessidade de um sistema educacional que não só assegure o acesso, mas também garanta a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência.

No Brasil, o avanço das políticas públicas voltadas para a inclusão no ensino superior é evidenciado por legislações como a Lei de Cotas, Lei nº 13.409/2016 (Brasil, 2016), que reserva vagas para pessoas com deficiência, e portarias ministeriais que regulamentam a acessibilidade nas instituições de ensino. Pesquisas como as de Mendes (2022), Garcia; Bacardin e Leonardo (2018) e Silva et al. (2023) revelam que, apesar dos avanços, há uma lacuna entre a legislação e a prática. Estudantes com deficiência ainda enfrentam barreiras atitudinais e estruturais que dificultam sua plena inclusão e desenvolvimento acadêmico. A percepção de estudantes sobre as condições de acessibilidade e permanência nas universidades indica que, embora as instituições estejam se adaptando às exigências legais, há um longo caminho a percorrer para assegurar uma educação verdadeiramente inclusiva.

Portanto, a implementação dessas políticas demanda que as instituições de ensino superior - IES repensem e redesenhem seus projetos político-pedagógicos, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino, a fim de promover um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. Nesse contexto, esta pesquisa visa investigar as ações e políticas institucionais que estão sendo desenvolvidas para garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos alunos com deficiência no ensino superior. Adotando uma abordagem qualitativa, a investigação busca responder à pergunta central: quais ações e políticas institucionais estão sendo desenvolvidas para garantir a permanência e o sucesso dos alunos com deficiência no ensino superior? Para tal, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica com foco nas produções científicas nacionais de 2015 a 2023, analisando os artigos científicos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes. A análise de conteúdo foi utilizada para identificar a reincidência do tema nas pesquisas levantadas, destacando a necessidade de um mapeamento mais amplo que contribua para a área da Educação Especial e Inclusiva.

## **O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

As novas concepções sobre a inclusão das pessoas com deficiência foram conquistadas com muito esforço pela sociedade e pela própria pessoa com deficiência, pelas famílias e por instituições que não se calam diante da exclusão. No Brasil, desde 1990, o tema da inclusão

tem sido debatido, pesquisado e defendido por legislações para garantir o acesso escolar às pessoas historicamente excluídas.

A implementação das diretrizes internacionais, expressas nos acordos dos quais o Brasil era signatário, tais como a Declaração Mundial Sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação, fruto de uma conferência realizada pela UNESCO, em 1998, foi um importante marco no encaminhamento de ações para a garantia da igualdade de acesso e conclusão dos estudos, sem qualquer discriminação, nas instituições de ensino superior. “Esse documento indica que o acesso à educação superior de pessoas com deficiência deve ser ativamente realizado, porque são indivíduos com experiências e talentos, individuais ou coletivos, que são de grande valia para o desenvolvimento das sociedades” (Carvalho; Queiroz, 2023, p. 7).

Em 2005, para atendimento dos estudantes com deficiência no ensino superior, foi difundida a orientação para a criação dos Núcleos de Acessibilidade nas instituições federais, por meio do Programa Acessibilidade ao Ensino Superior - Incluir. Esse programa tinha por objetivo:

fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (Brasil, 2005).

Em 2006, alinhada à Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a UNESCO lançaram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que tinha entre seus objetivos, “fomentar, no currículo da educação básica, as temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior” (Brasil, 2008, p. 11).

Outro marco significativo, foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) que propunha para a educação superior que a transversalidade da educação especial deveria se efetivar por meio de ações que promovessem o acesso, a permanência e a participação dos alunos.

Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (Brasil, 2008, p. 17).

Neste sentido, em 2013, os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior forneceram orientações importantes, ao orientar que os gestores institucionais das IES deveriam incluir a educação inclusiva em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos

Pedagógicos de Curso (PPC), além de promover mudanças, como a organização e implementação de núcleos de acessibilidade para estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em consonância com a determinações legais promulgadas (Brasil, 2013, p.13).

No PNE 2014-2024, especificamente na meta 12, que trata da elevação do número de matrículas na Educação Superior, propõe a ampliação das:

políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico (Brasil, 2014)

Em 2015, a partir do Fórum Mundial, foi elaborada a Declaração de Incheon para a Educação 2030, na qual foram fortalecidos os princípios da inclusão nos espaços de ensino ao objetivar a promoção até 2030 de uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, com vistas a uma educação ao longo da vida para todos. Em consonância, no Brasil, foi sancionada a Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015) ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a qual estabelece em seu artigo 28, como incumbência do poder público a responsabilidade de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

- I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; [...]
- XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento; [...]
- XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino (Brasil, 2015, p. 2).

Apesar, de todo o esforço para lançar políticas de inclusão para as pessoas com deficiência no ensino superior, por conta das tradições elitistas e históricas, os estudantes com deficiência foram os últimos contemplados por uma lei de reserva de vagas e por ações que visem a sua inclusão, permanência e sucesso no ensino superior. As ações afirmativas para alunos com esse perfil se tornaram obrigatórias com a Lei nº 13.409 (Brasil, 2016), nas instituições federais, ou seja, seis anos depois de promulgada a Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012) que estabelecia reserva de vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas provenientes de escolas públicas.

O Censo da Educação Superior de 2022 (Brasil. INEP/MEC, 2023) aponta que houve no período de 2012 a 2022 uma aumento significativo de matrículas em cursos de graduação de alunos de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, passando de 26.483 estudantes em 2012 para 79.262 estudantes em 2022. Esses estudantes estão presentes nas instituições ensino superior do país, o seu acesso está sendo viabilizado, mas ainda são inúmeros os desafios para a sua permanência e sucesso no ensino superior (Lima; Carmo, 2023), (Mendes, 2022).

Para enfrentar esses desafios, é essencial que as IES desenvolvam políticas e ações específicas voltadas para a inclusão, incluindo a revisão dos projetos político-pedagógicos, a capacitação contínua de professores e funcionários, e a implementação de tecnologias assistivas que facilitem o acesso ao conteúdo acadêmico, programas de tutoria, entre outras, para apoiar a trajetória acadêmica dos estudantes com deficiência.

Por isso, a presente pesquisa foi conduzida, no sentido de identificar as ações e políticas que estão sendo realizados nas instituições de ensino superior voltadas a inclusão dos estudantes com deficiência.

## **METODOLOGIA**

Para a realização desta pesquisa adotou-se uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e descritiva. A coleta de dados foi realizada através de uma pesquisa bibliográfica, focando nas produções científicas nacionais disponíveis no Portal de Periódicos da Capes, no período de 2015 a 2023. Utilizou-se como descritores para a busca: “política de inclusão” e “ensino superior” e “deficiência” Os principais critérios de seleção incluíram artigos científicos que abordassem as ações e políticas de acesso e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior. A busca resultou em 146 produções. Excluindo as publicações duplicadas e aquelas que não atendiam ao tema da pesquisa, resultaram 64 produções para análise. Para a análise dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo categorial conforme proposta por Bardin (1977). A análise foi organizada em duas grandes categorias: 1) Políticas de Acesso: com foco em ações que promovem a entrada de estudantes com deficiência no ensino superior e 2) Políticas de Permanência: Envolvendo práticas e medidas institucionais que asseguram a continuidade e o sucesso acadêmico desses estudantes, incluindo núcleos de acessibilidade, recursos didáticos adaptados, e programas de apoio ao estudante.

A partir das categorias estabelecidas, os dados foram interpretados para compreender as principais incidências de ações e políticas de educação inclusiva no ensino superior brasileiro.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises e os resultados foram construídos com o intuito de mapear os artigos selecionados capazes de dar subsídios para a questão levantada por esta pesquisa: Quais ações e políticas institucionais estão sendo desenvolvidas para garantir a permanência e o sucesso dos alunos com deficiência no ensino superior?

Em relação a categoria 1 “Políticas de Acesso”, foram encontrados 36 trabalhos que discutem sobre o papel das políticas de inclusão, os desafios da inclusão no ensino superior, política de cotas, relatos de estudantes com deficiência sobre o seu acesso ao ensino superior.

A Tabela 1 demonstra as três principais temáticas discutidas nas produções que se enquadraram na categoria “Políticas de Acesso”:

Tabela 1- Temáticas - Categoria Políticas de Acesso

TEMAS	QUANTIDADE
<b>O PAPEL DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO</b>	14
<b>DESAFIOS E CONDIÇÕES DE ACESSO</b>	10
<b>PERCURSO E EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO</b>	12
<b>TOTAL</b>	36

Fonte: autores

As produções que abordam discussões sobre as legislações e o papel das políticas para a inclusão, destacam-se a pesquisa de Rodrigues (2020), em seu artigo “Educação Especial e a inclusão no ensino superior” aborda a legislação brasileira que ampara a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, enfatizando a necessidade de capacitação contínua dos professores e de adequações físicas nas instituições. O estudo identifica a falta de práticas regulamentadas para atender esses estudantes e destaca a importância do engajamento das autoridades e da comunidade acadêmica para promover a inclusão efetiva. Feitosa e Carvalho (2018), em “O atendimento educacional especializado no Ensino Superior: elementos para uma reflexão” abordam a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, enfatizando a necessidade de adaptações físicas e pedagógicas nas instituições de ensino. Eles também discutem a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a criação de núcleos de acessibilidade para apoiar esses estudantes. Silva; Pasini; Soligo, (2023) realizaram um estudo comparativo que examina as políticas de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior em três países: Argentina, Brasil e Paraguai. Destacam as diferenças nas abordagens políticas e nos resultados alcançados, enfatizando a importância do contexto histórico, cultural e social para a formulação e implementação dessas políticas. Discutem a expansão global do acesso ao ensino superior e os desafios de garantir a permanência dos

estudantes com deficiência. Capucha (2023) discute o histórico e as políticas de inclusão no ensino superior em Portugal, analisando os avanços e os desafios enfrentados ao longo do tempo. Enfatiza a importância das políticas públicas e das iniciativas institucionais para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência. Assim como, a necessidade de uma abordagem inclusiva e colaborativa para promover a equidade no ambiente educacional.

As produções que discutem sobre os desafios e condições para o acesso e inclusão dos estudantes, destacam-se Silva (2022), que investiga o processo decisório de uma universidade mineira na implementação da Lei de Cotas, que inclui vagas para estudantes com deficiência. Destaca a necessidade de um compromisso institucional para promover a equidade no acesso ao ensino superior. Ferrandi; Silva; Orlando (2023) investigam as dimensões de acessibilidade que possibilitam a formação acadêmica de estudantes com baixa visão no ensino superior brasileiro. A pesquisa destaca a necessidade de adaptação dos recursos didáticos e da formação contínua dos professores para garantir a inclusão efetiva.

Dentre os estudos que abordam os percursos e experiências estudantis salientam-se as pesquisas de Ferreira e Motta (2017), que abordam sobre os desafios e as políticas relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Destacam a importância de superar barreiras arquitetônicas, atitudinais e metodológicas para garantir a acessibilidade e a participação efetiva desses estudantes. Apresentam dados sobre a expansão de matrículas de alunos com deficiência e enfatizam a necessidade de políticas institucionais intencionais para promover a inclusão. Também discutem sobre a importância de práticas pedagógicas inclusivas e a necessidade de formação contínua de docentes para atender às demandas dos estudantes com deficiência. Reis e Glat (2022) apresentam narrativas de estudantes com deficiência no contexto amazônico, destacando suas experiências e desafios enfrentados no ensino superior. As narrativas mostram a importância de uma abordagem inclusiva que leve em consideração as especificidades regionais e culturais, além de reforçar a necessidade de práticas pedagógicas adaptadas e apoio institucional contínuo para promover a inclusão efetiva.

As pesquisas analisadas na categoria 1 se concentraram em pesquisas bibliográficas e documentais e revelam que, apesar das políticas de acesso e inclusão no ensino superior, ainda existem desafios significativos relacionados à capacitação de professores, eliminação de barreiras físicas e atitudinais e a necessidade de um compromisso institucional robusto. As pesquisas destacam a importância de práticas pedagógicas inclusivas, formação contínua de docentes e suporte institucional para promover a inclusão efetiva dos estudantes com deficiência.

As análises das 28 pesquisas que compõem a categoria 2, “Políticas de Permanência”, as quais envolvem a discussão sobre práticas e medidas institucionais que asseguram a continuidade e o sucesso acadêmico desses estudantes, incluindo núcleos de acessibilidade, recursos didáticos adaptados, e programas de apoio ao estudante ficaram assim dispostas quanto aos temas abordados:

Tabela 2- Temáticas - Categoria Políticas de Permanência

<b>TEMAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b>08</b>
<b>PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES</b>	<b>14</b>
<b>GESTÃO E FORMAÇÃO</b>	<b>06</b>
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>

Fonte: Autores

Entre as pesquisas que analisam e avaliam programas e ações voltadas a inclusão educacional no ensino superior destacam-se o trabalho de Lara e Sebastián-Heredero (2020), que analisa o impacto do Programa Incluir nas políticas de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro. Os principais pontos abordados incluem as adequações arquitetônicas, a tecnologia assistiva, materiais didáticos e formação profissional. O estudo revela que, apesar dos avanços significativos na criação de núcleos de acessibilidade e na promoção de políticas inclusivas, ainda existem desafios, como a necessidade de formação contínua de docentes e a superação de barreiras atitudinais e comunicacionais nas IES. A pesquisa destaca a importância do engajamento institucional e da implementação de políticas afirmativas para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência. Muzi e Medeiros (2021) avaliam os efeitos do Programa Incluir na Universidade Federal Fluminense (UFF) durante os anos de 2007, 2008 e 2010. Utilizando uma abordagem qualitativa-quantitativa, o estudo incluiu entrevistas em profundidade, visitas in loco e um questionário online que obteve 335 respostas. Os resultados indicam que o Programa Incluir foi eficaz na UFF, melhorando as condições de acessibilidade e permanência de estudantes com deficiência. O estudo destaca a importância de ações coletivas e planejamento governamental para a eficácia das políticas públicas de inclusão. A pesquisa também revelou desafios, como a falta de divulgação midiática do programa e a necessidade de maior transparência nos dados financeiros e recursos destinados às instituições participantes.

Com relação aos temas que envolvem planejamento e implementação aponta-se as pesquisas desenvolvidas por Carvalho e Queiroz (2023), que analisam o processo de criação do

Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) utilizando a abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen J. Ball e colaboradores. A criação do NAI na UNIRIO é vista como um importante passo para a democratização do acesso e a eliminação de barreiras à permanência e participação de estudantes com deficiência, mas o estudo também aponta para a necessidade contínua de formação de profissionais e adaptação de infraestruturas. Gonçalves e Teixeira (2022) abordam as experiências e desafios do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Pará (UFPA), destacando as ações desenvolvidas para apoiar estudantes com deficiência no ensino superior. O estudo enfatiza a importância de um apoio institucional integrado e de recursos adequados para promover a inclusão de estudantes com deficiência. Louzada e Martins (2022) detalham o desenvolvimento e adaptação do Índice de Inclusão para Educação Superior (INES) para o contexto universitário brasileiro. O INES é um instrumento para avaliar políticas, culturas e práticas inclusivas nas universidades, originalmente desenvolvido por pesquisadores colombianos e adaptado para o Brasil. O INES é utilizado para coletar informações sobre a percepção de funcionários, docentes e estudantes sobre práticas inclusivas. Segundo os autores os resultados ajudam a identificar pontos fortes e áreas que precisam de melhorias. Martins, Melo e Martins (2021) discutem sobre os serviços oferecidos a estudantes com deficiência nas universidades, ressaltando a importância de políticas e práticas inclusivas. Eles abordam as barreiras enfrentadas por esses estudantes e a necessidade de serviços de apoio específicos, como tutoria e adaptação de materiais. O texto destaca a importância de formar docentes e técnicos para lidar com as necessidades desses alunos e menciona a legislação vigente que apoia a inclusão no ensino superior.

E por fim, as produções que focalizam aspectos da gestão e da formação para a inclusão dos estudantes com deficiência, podem ser demonstradas pelos trabalhos de Nunes e Magalhães (2017), que realizaram o estudo em sete universidades federais brasileiras para entender as ações estratégicas de gestão voltadas para alunos com deficiência. A pesquisa comparou essas ações com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), focando nas políticas de inclusão e no apoio didático-pedagógico aos estudantes, especialmente aos deficientes visuais. Os autores destacaram que as universidades oferecem serviços como adaptação de materiais, acessibilidade arquitetônica e comunicacional e apontam que ainda há necessidade de maior articulação intersetorial, formação contínua de professores e aprimoramento dos recursos para atender alunos com deficiência. Matos e Mendes (2015) abordam a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, focando nas demandas didático-pedagógicas do corpo docente de uma universidade particular paulista. Os autores

destacam três tipos de demandas: a necessidade de apoio, a capacitação contínua dos professores para atender às necessidades dos alunos com deficiência como adaptar metodologias e procedimentos de avaliação e a eliminação de barreiras arquitetônicas e necessidade de mudanças nas atitudes para promover a inclusão.

A partir das análises realizadas na categoria 2 verifica-se que os estudos indicam progressos significativos nas políticas e práticas de inclusão no ensino superior, mas também apontam para a necessidade contínua de aprimoramento em áreas como formação docente, adaptação de infraestruturas e superação de barreiras atitudinais e comunicacionais para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As universidades têm implementado diversas ações para promover a inclusão de estudantes com deficiência, visando garantir a acessibilidade e a igualdade de oportunidades no ambiente acadêmico. Entre as principais medidas, destacam-se as adequações arquitetônicas, como a instalação de rampas, elevadores e banheiros adaptados, que são essenciais para assegurar a mobilidade desses estudantes. Além disso, a tecnologia assistiva, incluindo computadores com interface de acessibilidade e impressoras Braille, desempenha um papel crucial ao facilitar o acesso ao conteúdo acadêmico. As instituições também têm investido no desenvolvimento de materiais didáticos adaptados e na formação contínua de docentes e técnicos, capacitando-os para utilizar tecnologias assistivas e adotar práticas pedagógicas inclusivas. A criação de núcleos de acessibilidade, programas de apoio ao estudante e serviços de tutoria específicos são outras iniciativas fundamentais que ajudam a coordenar ações de inclusão e oferecem suporte técnico e pedagógico, promovendo uma cultura de respeito à diversidade.

No entanto, a inclusão no ensino superior ainda enfrenta desafios significativos que precisam ser superados para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva. A formação contínua de docentes é essencial, pois muitos professores ainda não estão preparados para lidar com as necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Além disso, a superação de barreiras atitudinais é crucial para combater preconceitos e promover uma cultura inclusiva. Garantir a sustentabilidade das ações de inclusão é fundamental para integrar esses princípios como um valor central e duradouro nas instituições de ensino superior.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e à Coordenação Nacional do PROFEI pelo apoio na realização da pesquisa e pelos recursos financeiros concedidos para a participação no evento

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. Mec/ Inep/ Dired**BRASIL. BrasíliaDiário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra - 26/6/2014, Página 1, , 2014. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-norma-pl.html>>

BRASIL. INEP. **Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2022**. INEP ed. Brasília. DF: [s.n.].

BRASIL.MEC.INEP. **Referenciais De Acessibilidade Na Educação Superior E a Avaliação in Loco Do Sistema Nacional De Avaliação Da Educação Superior (Sinaes). Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**BRASIL. DF, 2013. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_superior/sinaes\\_volume\\_5\\_avaliacao\\_in\\_loco\\_referenciais\\_no\\_ambito\\_do\\_sinaes.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/sinaes_volume_5_avaliacao_in_loco_referenciais_no_ambito_do_sinaes.pdf)>

BRASIL. **Documento orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior. MEC/SECADI/SESUBrasil**. DF, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category\\_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192)>

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Inclusão. Ministério da Educação**BRASIL. BrasíliaDecreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, , 2008. Disponível em: <[www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)>

BRASIL. **LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. BRASIL. BrasíliaDiário Oficial da União - Seção 1 - 7/7/2015, Página 2, , 2015. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-norma-pl.html>>

BRASIL. **LEI Nº 13.409, de 28 de Dezembro de 2016. Diário Oficial da União**BRASILDiário Oficial da União, Seção 1, p.3, , 2016. Disponível em: <Diário Oficial da União, Seção 1, p.3>

CAPUCHA, L. Ensaio sobre o acesso ao ensino superior: a longa batalha pela inclusão educativa em Portugal. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 3, p. 1019–1036, 2023.

CARVALHO, A. DE O. DE; QUEIROZ, P. P. DE. A criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: análise a partir do Ciclo de Políticas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 13, n. 1, p. 1–17, 2023.

FEITOSA, MARIA DA PENHA; CARVALHO, GERALDO DO NASCIMENTO. O atendimento educacional especializado no Ensino Superior: elementos para uma reflexão à luz das recentes políticas de inclusão de pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior brasileiras. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 7, n. 3, 2018.

FERRANDI, D. A.; SILVA, J. C. G. DA; ORLANDO, R. M. Dimensões de acessibilidade no Ensino

Superior: formação acadêmica de estudantes com baixa visão. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 3, p. 1190–1207, 2023.

FERREIRA, G. C.; MOTTA, I. D. DA. a Pessoa Com Deficiência E a Sua Inclusão No Ensino Superior Brasileiro. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, v. 17, n. 3, p. 831, 2017.

GARCIA, R. A. B.; BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional (Online)**, v. 22, n. spe, p. 33–40, 2018.

GONÇALVES, A. M.; TEIXEIRA, S. R. DOS S. Coordenadoria de acessibilidade da UFPA: experiências e desafios no ensino superior. **Educere et educare**, v. 17, n. 43, p. 99–124, 2022.

LARA, P. T.; SEBASTIÁN-HEREDERO, E. Organização do acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior a partir da instauração do Programa Incluir. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. esp. 2, p. 1137–1164, 2020.

LIMA, A. T.; CARMO, M. A. A. Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 3, p. 1132–1150, 2023.

LOUZADA, J. C. DE A.; MARTINS, S. E. S. DE O. Instrumento para avaliação de práticas, culturas e políticas inclusivas em contextos universitários. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 0229–0245, 2022.

MARTINS, M. H. V.; MELO, F. R. L. V. DE; MARTINS, C. Serviços Para Estudantes Com Deficiência Nas Universidades: Dificuldades E Desafios. **Educação em Revista**, v. 37, p. 1–17, 2021.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. Demandas de Professores Decorrentes da Inclusão Escolar1. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 1, p. 9–22, 2015.

MENDES, F. A. G. A inclusão e a reserva de vagas para a pessoa com deficiência no ensino superior. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 11, n. 1, p. 312–324, 2022.

MUZI, T. G.; MEDEIROS, J. Políticas públicas governamentais federais de acessibilidade na educação superior: O Programa Incluir e seus reflexos em Instituição do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Interfaces da Educação**, v. 12, n. 36, 2021.

NUNES, V. L. M.; MAGALHÃES, C. M. Gestão Social Na Educação Para Pessoas Com Deficiência. **Holos**, v. 8, p. 355–365, 2017.

REIS, J. G.; GLAT, R. Inclusão no ensino superior: narrativas de estudantes com deficiência no contexto amazônico. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 29, n. 1, p. 85–109, 2022.

RODRIGUES, E. Educação especial e a inclusão escolar no ensino superior. **Revista faz ciência**, v. 22, n. 36, p. 25, 2020.

SILVA, I. GOMES DA; PASINI, J. DE F. S.; SOLIGO, V. Inclusão da Pessoa com Deficiência no Ensino Superior. **Debates em Educação**, v. 15, n. 37, p. e16439, 2023.

SILVA, F. C. Lei de cotas no ensino superior sob a luz do insitucionalismo: processo decisório de uma universidade mineira. **Trabalho & educação**, v. 31, n. 1, p. 175–177, 2022.

UNESCO. Declaração de Salamanca. p. 1998–2001, 1994.